

Diário do Legislativo de 10/09/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB) e Deputada Ana Maria Resende (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Agostinho Patrús Filho

Vice-Líderes: Deputados Rômulo Veneroso (PV) e Wander Borges (PSB)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputada Maria Lúcia Mendonça

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Adalclever Lopes

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Almir Paraca

Vice-Líder: Deputada Elisa Costa

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP), Deputado Paulo Cesar (PDT) e Neider Moreira (PPS)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente

Magalhães

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Padre PT
João

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Neider PP
Moreira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo Valadares DEM

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Délio Malheiros PV

Deputado Sebastião Helvécio PDT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BSD Presidente

Deputado Dimas Fabiano PP Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro BSD

Deputada Maria Lúcia Mendonça DEM

Deputada Rosângela Reis PV

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros PV Presidente

Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente

Deputado Célio BSD

Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Vanderley PP
Jangrossi

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander BSD
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de
Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Patrús
Filho

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Lafayette de
Andrada

Deputado PV Vice-Presidente
Agostinho Patrús
Filho

Deputada Gláucia BSD
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado PP
Vanderlei
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy DEM
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente
Cesar

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

Deputado DEM
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente
Costa

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Chico Uejo BSD

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 44ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Café Palhares pelos 70 Anos de sua Criação

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA 44ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/9/2008

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Vanderlei Miranda - Entrega de placa - Palavras do Sr. João Lúcio Ferreira - Palavras do Sr. Luiz Fernando Ferreira - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Doutor Viana - Tiago Ulisses - Lafayette de Andrada - Vanderlei Miranda.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h9min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Tiago Ulisses, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. João Lúcio Ferreira e Luiz Fernando Ferreira, proprietários do Café Palhares; Paulino Cícero de Vasconcellos, Presidente do Sindicato da Indústria do Ferro do Estado de Minas Gerais - Sindifer -; e Deputado Vanderlei Miranda, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Eduardo Betti Menezes, Delegado de Polícia; e Expedito Martins Drumond, Coronel reformado da Polícia Militar do Distrito Federal.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Café Palhares pelos 70 anos de sua criação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a cantar o Hino Nacional, acompanhando gravação do Coral da Assembléia, sob a regência do maestro Guilherme Bragança.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Vanderlei Miranda

Exmo. Sr. 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, meu amigo e companheiro de trabalho neste Parlamento, Deputado Doutor Viana, aqui representando o nosso amigo e Presidente da Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; caros amigos João Lúcio Ferreira e Luiz Fernando Ferreira, proprietários do Café Palhares; Paulino Cícero de Vasconcellos, Presidente do Sindifer; senhoras e senhores; amigos e amigas que nos acompanham por meio da TV Assembléia; convidados que comparecem a esta homenagem. Serei breve. Não me preocupei em preparar uma oração escrita. Falarei sobre o que sinto, o que trago em meu coração em relação a esta justa homenagem que presto nesta noite. Queremos falar da importância do Café Palhares na Capital, lembrando que, com toda certeza, essa casa de negócios faz parte da memória de Belo Horizonte, sobrevivendo ao longo do tempo às intempéries dos planos, aos sufocos das altas inflações. Eu, como pequeno comerciante que fui, empresário em Belo Horizonte, sei bem o que é tentar driblar toda a situação de crise pela qual o País passou, superada nos últimos anos, graças a Deus. Só o fato de ter sobrevivido por sete décadas a toda essa inconstante situação da nossa economia é razão de prestarmos esta homenagem.

Considera-se a importância do Café Palhares para a história de Belo Horizonte, entre tantos segmentos da nossa história, por que não dizer do segmento político, que, com certeza, tem a sua história marcada pela existência desta Casa. Dizia ao João e ao Luiz, enquanto aguardávamos a entrada neste Plenário, que me sinto muito honrado de prestar esta homenagem, primeiro, por ser merecida, justa; segundo, por ter sido um compromisso que assumi, quando Vereador, em campanha para Deputado. Naquela época, disse ao João que, se fosse eleito, homenagearia o Café Palhares na Assembléia. Hoje, portanto, tenho a satisfação de cumprir esse compromisso.

Falar do Café Palhares, da sua história com esta cidade, pode-se tornar até um pouco cansativo, pois trata-se de uma história bastante conhecida e, como disse, que se confunde com a de Belo Horizonte, uma cidade muito nova. Assim como o Café Palhares, outras empresas comemoram hoje 50, 60 ou 100 anos, como a Belorizonte Couros, que, a despeito de toda dificuldade, conseguiram permanecer. Como presido nesta Casa a Comissão de Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, lido diariamente com situações por que passam esses segmentos, especialmente os da indústria e do comércio. Sabemos que não é fácil.

Portanto, nesta homenagem, com certeza, pelo menos tentaremos dar a dimensão da importância da presença dessa empresa, o Café Palhares, nesta cidade. Quero crer que neste momento, quando esta reunião é transmitida para mais de 300 cidades, muitas pessoas que estão assistindo agora a esta homenagem com toda certeza têm algum vínculo, alguma ligação com o Café Palhares. Vindos de outras cidades do interior, passaram ali pela Rua Tupinambás e pararam para saborear aquele tradicional caol que, com certeza, é irresistível. Eu, particularmente, tenho sempre que passar por lá para matar a saudade daquele tempero gostoso.

Ficam aqui, então, registradas essas minhas palavras. Parabéns a João, a Luiz, à família, aos funcionários que ali estão há muitos anos trabalhando, à cidade de Belo Horizonte por abrigar o Café Palhares; parabéns a todos vocês, convidados que vieram homenagear, porque, com certeza, têm algum tipo de ligação muito forte com a história do Café Palhares: se não a ligação familiar, têm a de frequentadores e de usufruidores daquele tempero maravilhoso que tem o caol do Café Palhares.

Pararei por aqui porque a minha boca já está enchendo de água. Mais uma vez, parabéns a todos.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado Doutor Viana, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega aos Srs. João Lúcio Ferreira e Luiz Fernando Ferreira, proprietários do Café Palhares, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "Fundado em 1938, o Café Palhares sempre foi, em Belo Horizonte, reduto de artistas, boêmios, jornalistas e políticos, contando com uma clientela fiel que aprecia a culinária mineira e seu prato mais tradicional, o caol. Ao completar sete décadas de existência, a homenagem da Assembléia Legislativa a esse conceituado estabelecimento, cuja história se mistura ao crescimento e à modernização da Capital mineira."

O Sr. Presidente - Convidamos, com muita alegria, meu amigo Deputado Vanderlei Miranda, autor do requerimento que, com o apoio unânime dos membros desta Casa, suscitou esta reunião, a fim de nos acompanhar na entrega dessa placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. João Lúcio Ferreira

Boa-noite a todos. Exmo. Sr. Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa; Paulino Cícero, foi uma surpresa enorme a honra que você nos deu de compor conosco esta Mesa; meu querido amigo Vanderlei Miranda, não vou nem chamar de Deputado, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; meu querido irmão Luiz Fernando; preparamos um discurso para falar aqui, mas acredito que o mais importante é que eu consiga expressar a alegria que estamos sentindo hoje.

Esta alegria começou com a construção do Café Palhares em 1938. Em 1944 foi adquirido pelo meu pai, que, de lá para cá, com seus irmãos, trabalhou severamente. Depois de uma, duas, três décadas, na década de 70 houve uma transformação muito bonita, eu e meus irmãos fomos trabalhar no Café Palhares. Somos cinco homens, duas mulheres e uma guerreira. Eu comecei em 1972, em seguida, em 1974, entrou meu irmão Eduardo, em 1976 o Luiz Fernando. Todos fomos educados por um homem fabuloso que há pouco tempo nos deixou. Mas deixou uma raiz muito profunda, uma família muito amorosa. Às vezes ficamos meio sumidos, sem ir à casa da mamãe, e ela nos puxa as orelhas dizendo que não fomos vê-la. Então, rendo também esta homenagem à minha mãe, D. Naná, que está aqui de azul, representando muito bem nossa família, essa âncora maravilhosa. Como sempre falo, é baixinha e brava, mas educando sempre seus meninos. Hoje já somos homens e mulheres, mas, para ela, acredito que ainda somos crianças.

Não imaginava a dimensão desta homenagem. Não imaginava receber esta placa do Vanderlei Miranda. Quando ele falou que nos faria uma homenagem, não tínhamos noção de como seria essa homenagem. Viemos para cá, eu e o Luiz Fernando, na raça e na coragem, de peito aberto, para receber esta homenagem. É uma homenagem maravilhosa, porque vocês realmente representam o Café Palhares. Não pudemos trazer aqui todos os fregueses, mas vieram muitos nos representar e muitos ainda vão-nos xingar porque não foram convidados. Acredito que cada um que está aqui dentro nos ajudou a construir essa casa maravilhosa.

Não posso receber esse prêmio sozinho, por isso solicito que o Luiz Fernando venha aqui.

Palavras do Sr. Luiz Fernando Ferreira

Boa noite. A história já começou, então vou partir da metade. Trabalho no Café Palhares há 33 anos, e o João Lúcio há 38 anos. Pegamos a casa e "não deixamos a peteca cair". Durante todos esses anos trabalhamos firme.

Esta semana aconteceu um caso curioso. Chegou lá um freguês tradicional e falou: "Luiz, esta casa está melhor que nos anos 70". Parei, olhei para ele e disse: "Estamos tentando conservar. Este ano fizemos uma revitalização para comemorar os 70 anos". A casa ficou bonita. Temos uma vida lá dentro. Trabalhamos lá com muito carinho. Em uma entrevista que dei a um jornal, disse que vou lá para me divertir, e é a realidade. Os funcionários são uma família. Alguns estão lá há 48 anos, 20 anos, 30 anos, assim como há novatos. Na verdade, quando vamos para lá nos divertimos. E, além disso, temos um retorno como este.

Outro dia, o João me disse que vamos comemorar os 100 anos. Falei para comemorarmos os 90, porque os 100 estão muito longe. Temos esperança de que fique para a eternidade. Talvez um filho nosso possa assumir.

O Sr. João Lúcio Ferreira - E nos dar mordomia e boas viagens. Agradecemos muito. Não tínhamos noção da dimensão do que seria ter vocês aqui conosco. Poderíamos ficar falando do Café, mas o que queremos mais é agradecer a família Café Palhares, que sempre nos apoiou e ainda nos apóia. Uns nos ensinam, outros nos derrubam, mas acredito que mais aprendemos do que caímos. Obrigado a todos.

O Sr. Luiz Fernando Ferreira - Obrigado e boa noite.

Palavras do Sr. Presidente

Com muita alegria, saúdo os proprietários do Café Palhares, nosso homenageado na noite de hoje por seus 70 anos de vida familiar, numa demonstração bonita dos dois irmãos, que nos toca profundamente. A união faz a força. Vale a pena trabalhar unidos. Parabéns, João Lúcio Ferreira e Luiz Fernando, merecedores desta homenagem que fazemos hoje, em nome do povo mineiro. Parabéns a essa empresa tradicional e histórica de nossa Capital.

Sendo uma empresa familiar e estando aqui o cerne dessa família, não poderíamos deixar de falar de nossa alegria, satisfação e honra por receber aqui D. Naná. Parabéns à senhora, pelos sete filhos extraordinários que fazem da família um instrumento espetacular. Homenageando os dois, a Assembléia a homenageia também.

Também homenageamos a família do Luiz Fernando, a Verônica Castanheira Ferreira e seus filhos, André, Paulina e Leandro Ferreira. Quem sabe um deles vai continuar com o Café Palhares, fazendo-o chegar a mais de 100 anos? Prestamos igual homenagem à família do João Lúcio, à sua querida esposa, Marguita Ferreira, e a seus filhos Nayara e Bruno. Ficamos felizes por ver a família reunida e não poderíamos deixar de citá-los, dada a importância do trabalho familiar. Nossa alegria é engrandecida pela presença do amigo Paulino Cícero, Deputado Estadual por dois mandatos e Deputado Federal por cinco mandatos. **Foi ministro, tem uma carreira brilhante e hoje preside o Sindicato da Indústria do Ferro - Sindifer.**

Quero parabenizar, com muita alegria, esse brilhante Deputado, um homem iluminado, que divulga o Evangelho, divulga o bem, Vanderlei Miranda. Parabéns, Deputado. Trata-se de um requerimento aparentemente simples, mas que teve aquiescência e aprovação unânime desta Casa. Essas homenagens, Deputado Vanderlei Miranda, comovem mais porque são concretas, são reais. Aliás, V. Exa. já havia-se comprometido em solicitá-la, não foi promessa de político, e sim de amigo. Mais uma vez, parabéns.

Amigos presentes, todos os que nos vêem pela TV Assembléia, funcionários da Casa e imprensa, quando amamos uma cidade recorremos à nossa memória afetiva. Ela constrói o imaginário que partilhamos, base de uma identidade social e fraterna. Henriqueta Lisboa, ao celebrar seu amor por Belo Horizonte, nos diz com a sensibilidade irretocável de sua poesia: "Uma cidade se assemelha às outras, porém se a amamos é única: tem a forma de um coração, traz nosso aroma predileto, é a paina do travesseiro em que repousa a nossa frente".

Pedro Nava, o grande memorialista mineiro, deixou nas páginas de sua alentada obra um testemunho de Belo Horizonte, nos anos 20 do século passado, quando toda uma geração de políticos e intelectuais freqüentava a Rua da Bahia e reunia-se no extinto Café Estrela. Desse ponto de observação, Nava dirigia seu afeto para toda a cidade. Escreveu ele, em sua singular prosa poética: "Eu conheci esse pedaço do belo Belo Horizonte; nele padeci, esperei, amei, discuti e neguei. Conhecia todo o mundo. Cada pedra das calçadas, cada tijolo das sarjetas, seus bueiros, os postes, as árvores. Distingua suas cores de todas as horas. Seu sol, sua chuva, seus calores e seu frio".

Nossa Capital tem a fama de ter o maior número de bares e botequins no País, mas nenhum deles tem a história do Café Palhares, que completa 70 anos no mesmo endereço. Tanto o Palhares quanto seus congêneres, incluindo o Café Estrela e o Café Pérola, de saudosa memória, disseminavam um hábito que ao mesmo tempo promovia nossa maior riqueza agrária e reproduzia uma prática social que se espalhava pelo mundo, a partir da Europa. Nas mesas dos cafés, degustando a bebida, reuniam-se escritores, filósofos e artistas, gerando discussões que revolucionaram o pensamento e a arte mundiais. Entre nós, o Café Palhares teve, além de uma freguesia ilustre, como os Governadores Juscelino Kubitschek, Magalhães Pinto e Hélio Garcia, uma grande freqüência popular, ligada aos amantes do futebol.

É bom recordar. Antes do Mineirão, era ali que se compravam os ingressos para os jogos no Independência. O Paulino Cícero lembra-se disso, não é, Paulino? Antes das transmissões diretas pela televisão, a clientela acompanhava, pelo rádio, competições importantes, como a da primeira conquista de nossa Seleção na Copa de 1958: o pessoal foi para lá ouvir o jogo pelo rádio.

Boêmios, logicamente, freqüentavam o local, também famoso por suas refeições. Foi o compositor Rômulo Paes, cuja obra tanto celebra nossa cidade, quem batizou o "caol", até hoje a iguaria mais típica de Belo Horizonte e permanentemente presente no cardápio do Café Palhares.

Dirigido por João Lúcio e Luiz Fernando, filhos de "Seu" Neném Ferreira, que comprou o estabelecimento em 1944 dos fundadores irmãos Palhares, o Café mantém uma importante tradição na cidade, a qual merece ser preservada. Afinal, nosso patrimônio histórico não se restringe apenas às construções, que devem permanecer conservadas ou restauradas, mas também mantidas, preferencialmente com seu uso original. O patrimônio de uma comunidade não é apenas matéria concreta, feita de pedra, tijolo e cimento, mas também o repositório de lembranças e emoções, bem como a celebração de hábitos. É tempo, portanto, de que o "caol", assim como os toques dos sinos de São João del-Rei, o samba-de-roda da Bahia ou o queijo do Serro, seja declarado patrimônio cultural de Belo Horizonte, marco gustativo de nossa memória coletiva.

Belo Horizonte, do mesmo modo como se orgulha do Mercado Municipal, da Praça da Liberdade ou da Lagoa da Pampulha, guarda no coração de todos nós esse endereço: o número 638 da Rua Tupinambás. Que ele possa continuar presente, através dos tempos, para lembrar-nos as razões que nos fazem sentimentalmente filhos, naturais ou adotivos, desse belo Belo Horizonte. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 9, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 9/9/2008.). Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 81ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/9/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.515, que proíbe a cobrança de consumação mínima por fornecedor de produto ou serviço. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.590, que modifica a Lei nº 13.770, de 6/12/2000, que altera o plano de carreira dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.050/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedralva o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.301/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.455/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Otoni imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97, que dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 327/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Domingos do Prata os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.269/2007, do Governador do Estado, que institui normas gerais aplicáveis aos resíduos sólidos e institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 16, que apresentou. A Comissão de Meio Ambiente opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 17 a 21, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina pela aprovação das Emendas nºs 22 e 23, na forma das Subemendas nºs 1, que apresenta, e da Emenda nº 24; e, ainda, pela aprovação das Emendas nºs 25 a 27, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.456/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Pará imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.575/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberlândia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.641/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembléia Legislativa do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.985/2008, do Deputado Délio Malheiros, que proíbe o indeferimento de crédito para financiamento habitacional por inclusão de nome nos cadastros de proteção ao crédito. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.474/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.573/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.576/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Córrego do Bom Jesus os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.614/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiá os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.616/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

REALIZAR-SE ÀS 9h15min DO DIA 10/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.429/2008, do Deputado Fahim Sawan.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.823/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.831/2008, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 10/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.434/2008, do Deputado Zezé Perrella; 2.495/2008, do Deputado Irani Barbosa; 2.560/2008, do Deputado Wander Borges; 2.593/2008, do Deputado Bráulio Braz; 2.634/2008, do Deputado Rêmoló Aloise.

Requerimentos nºs 2.847/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; 2.848/2008, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 10/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.723/2007, do Deputado Wander Borges; 2.123/2008, do Deputado Walter Tosta; 2.164/2008, do Governador do Estado; 2.242/2008, do Deputado Adalclever Lopes; 2.352/2008, do Deputado Gilberto Abramo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 10/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 301/2007, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 10/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 10/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 10/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.836/2008, do Deputado Chico Uejo; 2.838/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 2.853/2008, do Deputado Alberto Pinto Coelho.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DOS AEROPORTOS, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 10/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 10/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.874/2007, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.378/2008, do Deputado Carlos Pimenta.

Requerimento nº 2.863/2008, da Deputada Gláucia Brandão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 10/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.263/2008, do Deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.837 e 2.846/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 2.839 e 2.864/2008, do Deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 10/9/2008, destinada à leitura e aprovação da ata da reunião anterior e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; 2ª Fase, à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 18.515, que proíbe a cobrança de consumação mínima por fornecedor de produto ou serviço, e 18.590, que modifica a Lei nº 13.770, de 6/12/2000, que altera o plano de carreira dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97, que dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso e dá outras providências, 327/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Domingos do Prata os imóveis que especifica, 1.269/2007, do Governador do Estado, que institui normas gerais aplicáveis aos resíduos sólidos e institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica, 1.985/2008, do Deputado Délio Malheiros, que proíbe o indeferimento de crédito para financiamento habitacional por inclusão de nome nos cadastros de proteção ao crédito, 2.050/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedralva o imóvel que especifica, 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica, 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica, 2.301/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica, 2.455/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Otoni imóveis que especifica, 2.456/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Pará imóvel que especifica, 2.474/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica, 2.573/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas os imóveis que especifica, 2.575/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberlândia, 2.576/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Córrego do Bom Jesus os imóveis que especifica, 2.614/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiá os imóveis que especifica, 2.616/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberaba, e 2.641/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Assembléia Legislativa do Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 9 de setembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 112

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sebastião Costa, Adalclever Lopes, Elmiro Nascimento, Irani Barbosa e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/9/2008, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2008.

Sebastião Costa, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Antônio Júlio, Célio Moreira e Walter Tosta, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; os Deputados Vanderlei Jangrossi, Padre João, Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo e Getúlio Neiva, membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, para a reunião a ser realizada em 10/9/2008, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir o elevado preço dos adubos em Minas Gerais e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2008.

Délio Malheiros, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Saúde e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da Comissão de Saúde; os Deputados Délio Malheiros, Carlos Pimenta, Antônio Júlio, Célio Moreira e Walter Tosta, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, para a reunião a ser realizada em 11/9/2008, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir, com a presença dos seguintes convidados mencionados na pauta, o resultado de pesquisas que apontam relação entre o uso de celulares e o aumento da incidência de câncer no cérebro e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.642/2008

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Presidente do Tribunal de Justiça, o projeto de lei em epígrafe reajusta os vencimentos do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 7/8/2008, o projeto foi distribuído às comissões competentes para receber parecer nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, do Regimento Interno.

Preliminarmente, cumpre a esta Comissão o exame dos aspectos jurídico, constitucional e legal pertinentes à proposição, fundamentado nos termos seguintes.

Fundamentação

Com fulcro no art. 66, inciso IV, alínea "b", da Constituição do Estado, que atribui ao Tribunal de Justiça, por seu Presidente, a iniciativa de projetos de lei sobre a criação, transformação ou extinção de cargo e função pública de sua Secretaria e da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar, sobre o regime jurídico único dos servidores civis e a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e o disposto nos arts. 24, §§ 1º e 2º, e 32, o Presidente do Tribunal de Justiça propõe a alteração da tabela de vencimentos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

Nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal e do art. 61, inciso VIII, da Constituição Estadual, compete ao Estado membro fixar, por meio de lei, a remuneração dos servidores públicos estaduais. A mesma Carta estabelece, em seu art. 37, inciso X, que a remuneração dos servidores públicos deverá ser fixada ou alterada por lei específica, com observância da reserva iniciativa, mediante a qual caberá a cada Poder deflagrar o processo legislativo relativo a medidas incidentes sobre o seu quadro de pessoal.

Verifica-se, pois, que a proposição em análise está de acordo com o ordenamento constitucional, devendo, portanto, ser objeto de apreciação e deliberação por parte desta Casa Legislativa.

Nos termos do art. 1º, o reajuste proposto é de 17,5%, incidente sobre o padrão de vencimento PJ-01 em vigor no mês de dezembro de 2008, dividido em duas etapas: 10% a partir de 1º de janeiro de 2009 e 7,5% a partir de julho do mesmo ano.

O último reajuste concedido para os servidores do referido órgão foi por meio da Lei nº 15.955, de 28/12/2005, que fixou em R\$628,52 o valor do índice básico dos vencimentos, correspondente ao padrão PJ-01 da Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos constante no item "b" do Anexo X da Lei nº 13.467, de 12/1/2000.

Ressalte-se, por ser oportuno, que a proposta de concessão de reajuste para os servidores de que trata a proposição é medida que já foi adotada no âmbito dos demais Poderes do Estado no corrente ano.

O projeto de lei em exame, se aprovado, acarretará aumento de despesa com pessoal. A esse respeito, a Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal -, cujas disposições obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no art. 21, estabelece que é nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda às exigências dos seus arts. 16 e 17, bem como ao disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal. Os referidos dispositivos exigem precipuamente a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para os atos que criarem ou aumentarem despesa e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Sendo assim, o Tribunal de Justiça encaminhou a esta Casa o Ofício nº 136/SESPRE/2008, contendo o demonstrativo da receita corrente líquida e o impacto financeiro do reajuste proposto. Nos termos desse ofício, a despesa relativa ao mês de janeiro de 2009 já está contida na proposta orçamentária, e a despesa relativa ao mês de julho do mesmo ano "será concedida na medida do crescimento esperado para a receita corrente líquida, como vem ocorrendo todos os anos, de modo a manter a folha de pessoal do Tribunal no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal".

O art. 2º visa a adequar a proposição às disposições constitucionais pertinentes aos inativos.

Finalmente, segundo o art. 3º, as despesas decorrentes da aplicação da futura lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Poder Judiciário, observado o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Ocorre que essa previsão é matéria de lei orçamentária, que contém o demonstrativo da despesa com pessoal e prevê a disponibilidade orçamentária e financeira para a realização do pagamento de que trata a proposição. Assim sendo, se não houvesse previsão de dotação orçamentária para esse fim, seria necessária a edição de lei específica, destinada à abertura dos créditos correspondentes.

Em razão da impropriedade do disposto no art. 3º apresentamos na conclusão deste parecer emenda supressiva ao referido dispositivo.

Outrossim, no momento oportuno, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária fará a análise das informações prestadas pelo egrégio

Tribunal à luz das exigências da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Pelo exposto, o projeto em estudo não apresenta vício de inconstitucionalidade de natureza formal.

Conclusão

Opinamos, portanto, pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.642/2008 com a Emenda nº 1, apresentada a seguir.

EMENDA Nº 1

Suprima-se o art. 3º.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente e relator - Délio Malheiros - Neider Moreira - Sargento Rodrigues.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 4/9/2008

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembléia, visitantes das galerias, não poderíamos deixar de fazer o registro da perda de mais um guardião da sociedade mineira. Participamos, nesta última sexta-feira, dia 29 de agosto, do enterro do Sd. Anderson Vieira Torres, de 29 anos. Era casado, estava lotado no Batalhão Rotam e foi morto na última quinta-feira, dia 28, após ter sido baleado no abdome, durante troca de tiros com criminosos no Bairro Goiânia, na Região Noroeste de Belo Horizonte. O militar participava de uma patrulha de rotina para prender traficantes e desarmar criminosos. O Soldado, mesmo usando colete à prova de balas, teve a infelicidade de receber um tiro um pouco abaixo do colete e um pouco acima do seu cinto de guarnição, vindo a falecer. Chegou a ser socorrido no Hospital João XXIII. Mesmo submetido a cirurgia que durou 4 horas, não resistiu. Perdemos, infelizmente, mais um guardião da nossa sociedade.

Muitas vezes, vemos a sociedade e até a classe política, de forma geral, acompanharem esses fatos considerando-os rotina. Ilustre Deputado Vanderlei Miranda, no enterro do Sd. Anderson Vieira Torres, ocorrido no Bosque da Esperança, no dia 29 de agosto, havia cerca de mil pessoas, que foram prestigiar e confortar a família. Entre elas havia policiais militares, Bombeiros, policiais civis que foram representar a Polícia Civil, além de vários moradores do Bairro Goiânia, que tinham apreço e respeito pelo Soldado. Na oportunidade, adentramos a capela do velório - se não me engano, a de número 5 - e vimos a família e os amigos tristes, chorando. Aproximei-me do caixão do Sd. Anderson Torres, ao lado do qual se encontrava o pai do morto, Sr. Paulo Afonso Torres, que, num momento de desespero, disse-me: "Deputado Sargento Rodrigues, foi embora o meu filho, o meu irmão, o meu companheiro. Não sei se o senhor também é pai, mas, se for, sabe a dor que sinto neste momento". Diante disso, disse-lhe que também tenho um filho, um garoto de 17 anos, e que estava compreendendo perfeitamente a dor que ele, como pai, estava sentindo. Bradava ele, dentro do velório, suplicando por justiça, pela dignidade da pessoa humana, pois seu filho querido, de apenas 29 anos, havia sido levado por criminosos durante o combate ao crime.

Faço esse registro, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e cidadãos que nos acompanham pela TV Assembléia, para dizer que a sociedade perdeu mais um guardião. Ou seja, perdemos mais uma pessoa que, durante tantas madrugadas, enquanto dormíamos debaixo de cobertores e de um teto acolhedor, enfrentava o frio e a chuva para combater o crime. Foi um momento de muita tristeza e consternação.

Ao somarmos os números de servidores da área de segurança pública que perdemos, certamente obteremos um resultado alarmante. Durante certo período, fizemos um levantamento e registramos as mortes de policiais, Bombeiros e Agentes Penitenciários em nosso Estado. Para que os senhores, as senhoras, os cidadãos que nos acompanham tenham uma idéia disso, apenas em 2003 morreram 26 servidores da área de segurança pública; em 2004, registramos uma baixa desesperadora, pois perdemos 34 servidores; em 2005, 24 servidores da área de segurança pública foram mortos durante o combate ao crime; em 2006, 20 policiais e Bombeiros morreram durante sua atividade; em 2007, 12 morreram; e este ano, 5 servidores já morreram durante o seu trabalho. Sr. Presidente, de 2003 até agora, no total, morreram, em serviço ou em razão de sua atividade, 121 servidores da área de segurança pública. Desse total, 86 eram policiais militares, oito Bombeiros, 23 policiais civis e quatro Agentes Penitenciários.

Ilustre Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente desta nossa Casa, a morte de servidores da segurança pública tem sido banalizada de forma aviltante e é ignorada pela sociedade, pela imprensa, pelo poder político ou por demais poderes, e não há reação por parte da sociedade, por parte da classe política no seu todo, dos governos ou do Parlamento, para que essa situação seja freada. Não há uma reação efetiva.

Por que dizemos que não há essa reação? De 2003 até o presente momento, foram 121 servidores. Sr. Presidente, esta Casa possui 77 Deputados. Imagine que no período de 2003 a 2006 morreram mais servidores da área de segurança do que todo o conjunto do Parlamento. Se esta Casa, durante um mandato, perdesse os seus 77 Deputados em uma situação como essa, ainda não seria suficiente para igualar o número dos servidores da área de segurança pública que têm sido mortos de forma covarde e cruel por bandidos que não se preocupam com a família, com os direitos humanos dos policiais, de suas esposas, de seus filhos, de seus pais, de suas mães. Esses bandidos não se preocupam com a dor de ninguém.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o policial é o último obstáculo do Estado. Ele é aquele que detém o monopólio legal e legítimo do uso da força. É o único servidor público autorizado a portar uma arma em defesa da sociedade. Sr. Presidente, pois nem esses o crime está respeitando. Não se lembra dos direitos humanos dessas vítimas. Não se lembra dos direitos humanos daquela família que chorava convulsivamente ao lado do caixão de mais um guardião da sociedade que perdemos para o crime.

Sr. Presidente, isso me faz pensar que muitas vezes estamos aqui quebrando a cabeça para tentar aprovar um projeto que traga algum benefício para se proteger um pouco mais. Aqui quero mandar um recado para o nosso Líder do Governo. Não um recado no caráter de crítica destrutiva, mas um recado construtivo ao nosso Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, ao nosso Presidente da Assembléia, Deputado Alberto Pinto Coelho, e ao nosso Governador Aécio Neves.

Sr. Presidente, nesta Casa tramita um projeto de nossa autoria que prevê a obrigatoriedade, por parte do Estado, do fornecimento de colete à prova de bala a todos os policiais. Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, há poucos dias me queixei com V. Exa. das dificuldades que temos

para conseguir pautar um projeto de Deputado. Um projeto que, além de sério e lícito, é moral. Um projeto que realmente visa ajudar aqueles que estão guardando o sono dos cidadãos de Minas Gerais. Esse projeto torna obrigatório o fornecimento do colete, mas encontramos resistência. Há resistência da Seplag e, muitas vezes, até do governo, a colocar um projeto desse para ser votado. Há mais de seis meses esse projeto está pronto na ordem do dia, para tornar obrigatório aquilo que já é obrigação do Estado. Fornecer no mínimo um colete à prova de bala para aqueles que saem no combate ao crime.

Sr. Presidente, quase todos os dias temos policiais envolvidos em troca de tiros com criminosos perigosos. Tive oportunidade de mostrar a V. Exas. as fotos do Cb. Valdec, em São Gotardo, que tomou um tiro de fuzil 7,62, e sua cabeça se abriu ao meio.

Muitas vezes ficamos tristes quando apresentamos proposta de lei no Parlamento e, depois de vencido... Há poucos dias, disse ao Deputado Doutor Viana e tenho desabafado com outros Deputados: o Parlamento vive uma situação delicada quanto à produção de leis, porque a faixa de competência entre a União, o Congresso Nacional e a Câmara de Vereadores é muito estreita. Resta-nos uma faixa muito pequena para legislar. Depois de driblar tudo isso, encontrar uma saída e apresentar projeto que proteja o policial nas ruas tornando obrigatório o fornecimento do colete à prova de balas, que é um equipamento de proteção individual... É como um funcionário da Cemig ter de subir ao poste sem capacete nem luvas para mexer na rede elétrica, ou outro trabalhador que precise de equipamento de proteção individual, e não o tenha. Mas, quando o setor é privado, o Estado é voraz para punir, autuar e multar, enquanto a empresa não resolver o problema.

Mas, se é o próprio Estado que fica devendo aos seus servidores, temos que fazer um apelo desesperado ao Deputado Alberto Pinto Coelho, nosso Presidente, ao Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, e ao governo, para que permita uma interlocução política e coloque o projeto na pauta de votação.

Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, ilustres companheiros Deputados Eros Biondini e José Henrique, ao nos assistirem, as pessoas acham que o Deputado vai chegar aqui e simplesmente apresentar um projeto de lei que será aprovado e sancionado pelo Governador. Não é bem assim. Além de muita criatividade para traduzir o sentimento, a demanda da população, temos que perguntar se a competência é da União ou do Município ou a iniciativa é do Governador ou do Deputado. Depois de driblar tudo isso é que iremos legislar. Aí, Deputado Doutor Viana, temos de gastar muita energia para conseguir convencer o governo, para que o projeto do Deputado seja incluído na pauta.

Faço este desabafo, Sr. Presidente, para dizer que a perda desse policial militar, Anderson Vieira Torres, de 29 anos, apenas, para o crime é lamentável. Disse ao pai que o nome de seu filho seria lembrado na tribuna da Assembléia e registrado nos anais da Assembléia, e diria a toda a sociedade, ao Governador Aécio Neves e a todo o conjunto da classe política que Minas Gerais perdeu mais um guardião combatendo o crime. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, colegas Deputados, funcionários da Casa, imprensa, público que nos assiste das galerias e pela TV Assembléia, serei breve. Tenho quatro assuntos de grande importância para tratar.

O primeiro é sobre a reforma política. Às vezes, vivemos momentos de tempestades políticas exatamente porque aqueles que deveriam trabalhar para que houvesse uma reforma político-partidária ampla não estão fazendo isso. Depois, choram sobre o leite derramado. Essa reforma é realmente necessária. Talvez todas as reformas sejam importantes, mas talvez essa seja uma das mais necessárias.

A partir da reforma política, ao se determinarem todos os deveres e direitos dos componentes políticos, dos homens públicos, eles poderão cumprir com os seus deveres e obrigações e reclamar os seus direitos, mas, enquanto isso, situações vão continuar ocorrendo, como é o caso da súmula vinculante, em forma de lei, exercitada pelo Poder Judiciário. Isso ocorre porque, nos últimos anos, em nosso país as questões foram bastante "judicializadas". Hoje, busca-se amparo legal e jurídico para tudo, e, é claro, a Justiça tem de dar resposta a todas as questões, solicitações e reclamações.

Veza por outra, pode ocorrer, como ocorreu, uma ação judicial que deveria ter sido analisada e discutida pelo Congresso, pelos Deputados e pelos Senadores, pelo Poder que tem o dever de fazer leis, que elege seus membros para fazer leis, mas que assim não tem feito ou, pelo menos, está deixando a desejar. Não adianta reclamar, o mais correto é reconhecer a falha e procurar corrigi-la, visto que uma súmula vinculante não é suficiente para impedir a reforma política, que precisa ser feita a todo o custo.

Esperamos que esta Casa dê a sua colaboração. Aliás, a Assembléia de Minas já tem proporcionado sugestões sobre propostas de emenda à Constituição federal, cumprindo o seu papel. Da mesma forma, a Mesa tem buscado levar sugestões ao Congresso Nacional. A Assembléia Legislativa de Minas Gerais procura fazer esse papel dentro das suas limitações, mas o dever é do Congresso Nacional, em nível federal, dos Srs. Senadores e Deputados Federais. Então, sobre essa reforma, a partir do que vem ocorrendo, que tenham consciência do seu dever, em vez de ficarem reclamando, já que eles são eleitos para isso, como nós, que aqui estamos para fazer as leis e fiscalizar o governo.

O segundo assunto que me traz a esta tribuna é ainda relacionado com as leis, ou melhor, a ausência da feitura de leis. Temos muitas leis, é claro, mas ainda existem setores em que há necessidades e deficiências, demandando novas leis para dar cobertura à sociedade, em determinadas circunstâncias.

Agora estamos vivenciando o momento dos grampos. São muitas as reclamações porque grampearam Senadores e Ministros do Supremo. Isso é interessante porque, há poucos anos, há cerca de três anos e pouco, a mando do Ministro Palocci, lembro-me de que um caseiro teve a sua conversa grampeada, e eles levaram a cabo essa situação e fizeram uma cobrança infernal sobre o suposto responsável por aquela irregularidade, até que o Ministro Palocci fosse retirado do Ministério, por ele ter agido de maneira incorreta. Agora, a coisa está mais "light", visto que se grampeia irregularmente a conversa de um Ministro, de um Senador e de tantas outras autoridades, sem autorização legal para isso, e pouca coisa acontece, ou melhor, quase nada acontece, quando muito uma advertência ou um afastamento temporário, apenas. É extremamente grave tanto aquela situação anterior do caseiro - sem desmerecê-lo, porque o que aconteceu com ele é igualmente importante e tinha de ser feito aquilo - e agora novos grampos aconteceram. Fato é que o responsável por esses novos grampos já deveria ter sido afastado definitivamente da direção da Abin, que é a entidade que vem fazendo esses grampos ilegais e irregulares. Realmente esperamos que isso aconteça após a confirmação completa de tudo o que aconteceu.

Mas não me cabe julgar essas ações, que devem ser tratadas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. No entanto, cabe-nos dizer que os Deputados Federais e Senadores não fazem as leis para coibir essas ações. Tomei conhecimento de um projeto de lei do Deputado Miro Teixeira, do Rio de Janeiro, que está no Congresso desde 1990 e até hoje não foi votado. Agora, que aconteceram esses fatos, farão o possível para votá-lo às pressas. O que mostra, mais uma vez, que o Congresso, eleito pelo povo para fazer as leis maiores de sustentabilidade do País, não está cumprindo o dever constitucional que a sociedade lhe confere. É necessário alertá-lo. Agora, o Senador vai correr para votar essa lei dos grampos irregulares e ilegais. Até os grampos legais devem ser regulados, acompanhados e determinados legalmente. Portanto, trata-se de mais uma falha do Congresso Nacional, que não está cumprindo seu dever de legislar. Isso é fundamental. Mas, para aparecer, queriam fazer mais uma CPI dos grampos, quando já existe uma em andamento. Para quê outra CPI? Preocupam-se demais em discutir, brigar e aparecer, mas não conseguem, com consciência, determinação e efetividade, solucionar os problemas existentes, muitas vezes por omissão do próprio Congresso, dos próprios Deputados e Senadores.

Fica esse alerta para esse fato, que é verdadeiro, real e concreto e que tem prejudicado a sociedade brasileira e, em algumas circunstâncias,

até mesmo a atividade política.

Outro assunto extremamente importante é o voto consciente. Precisamos alertar a sociedade para não deixar que seu voto seja modificado por qualquer coisa que não seja a consciência de eleger o melhor candidato, aquele que poderá solucionar as necessidades da sua comunidade e da sua cidade. Só assim poderá votar com liberdade, com consciência crítica, com discernimento do certo e do errado, ouvindo a todos, mas não se deixando levar por promessas enganosas, promessas que, sabemos, na maioria das vezes não serão cumpridas. Principalmente aquelas promessas de baixar ou não cobrar impostos, trazendo uma falsa expectativa. E depois, quando a promessa não é cumprida, dizem apenas que pensavam que poderiam perdoar dívidas e que não sabiam que a lei não o permitia. Mas todos sabemos que a Lei de Responsabilidade Fiscal e as outras leis exigem que Prefeituras, Estado e Federação cobrem seus impostos legalmente. Não se deixem levar por promessas enganosas e que não serão cumpridas, seja por quem for. Estamos no Parlamento, na Casa das leis, e estamos sendo questionados por isso.

Temos de ter firmeza e coragem de dizer que não é permitido ao Executivo, seja o municipal, o estadual, ou o federal, deixar de cobrar os impostos e taxas legalmente constituídos, porque isso infringe a Lei de Responsabilidade Fiscal e impede que se cumpram os benefícios prometidos às pessoas, enganadas em troca de voto - até porque, na maioria das vezes, quem promete já tem conhecimento de que aquilo não vai acontecer; é uma promessa falsa e enganosa em que o povo não deve crer, e nós, aqui, temos a obrigação de alertá-lo para isso.

Então, fica essa solicitação de que façam uma análise dos candidatos; nas próximas eleições, que são municipais, que analisem o candidato a Vereador, a Prefeito e mesmo a Vice-Prefeito, que também tem importância. Não pensem que o Vice-Prefeito pode ser qualquer um porque não vai atuar; ao contrário, hoje a maioria dos Vice-Prefeitos são extremamente atuantes e ativos e com certeza vão fazer parte das administrações deste Estado e de todo o País. Então, fica esse alerta, esse chamamento à reflexão para que se dê um voto consciente e determinado àquele que tenha mais probabilidade de cumprir suas promessas, mais experiência e conhecimento e apresente propostas corretas e viáveis.

Em quarto lugar, quero voltar a um assunto que abordei há um mês, relativo aos flanelinhas, um grupo hoje reconhecido legalmente. Nada tenho contra esse reconhecimento; sabemos que alguns entre eles trabalham corretamente, e nada temos contra eles. Mas temos de cobrar da Prefeitura uma fiscalização maior, com o apoio da própria Polícia Militar, porque as extorsões estão sendo muitas. Fui a um casamento na Igreja da Boa Viagem e, ao parar, o flanelinha me cobrou R\$10,00, a serem pagos na hora. Disse-lhe que pagaria R\$5,00, mas na saída: "Depois eu pago, e você não fica olhando o carro". Ele disse que tinha de ser naquela hora mesmo, e me intimidou. Fiquei até com medo do rapaz; estava com minha esposa e fiquei amedrontado. Muito além da experiência pessoal por que passei há alguns dias, creio que isso deva estar acontecendo com uma frequência enorme. Assim, temos de cobrar da Prefeitura, inicialmente, a legitimação, o registro, a confirmação dessas pessoas que têm o direito de trabalhar na rua. Em primeiro lugar, a rua é pública, e nada deveria ser cobrado; segundo, a Prefeitura já cobra a taxa de estacionamento do carro, e temos de colocar o comprovante do pagamento do estacionamento; e ainda aparecem esses rapazes, esses homens, ameaçando as pessoas.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Em relação a esse último tema, Deputado, realmente é o crime de extorsão, previsto no art. 158 do Código Penal. É uma tristeza, porque a Prefeitura tem conhecimento da situação. Se ela fosse mais atuante do ponto de vista do código de posturas, já ajudaria muito.

Por outro lado, é preciso que o Prefeito - no caso de Belo Horizonte, do Prefeito Fernando Pimentel - tenha mais ousadia para chamar as Polícias Civil e Militar, desenvolver operações e até legislar nessa área. É possível, sim, e V. Exa. até já mostrou o caminho: cadastrar, identificar. Depois de identificar e cadastrar, aí sim, é possível pensar até mesmo em uma punição no âmbito administrativo, que é competência do Município, para coibir-se essa prática. É uma vergonha que o Prefeito Fernando Pimentel não cuide dessa área e não se manifeste sobre ela. As pessoas estão sofrendo extorsão, sim, o que é um crime, e o Prefeito deveria estar preocupado com essa situação. Parabéns a V. Exa., porque isso incomoda, e muito, as pessoas em Belo Horizonte.

O Deputado Doutor Viana - Realmente, é uma ameaça: à noite, quando vamos estacionar tranquilos e ainda nem saímos do carro, alguém nos aborda pedindo ao "senhor" ou à "madame" para olhar e tomar conta do carro. Às vezes já chegam pedindo dinheiro, porque para parar ali é preciso que se pague R\$10,00 antecipadamente, e todos sabemos que, ainda que paguemos, o flanelinha não vai ficar olhando coisa alguma.

Esse absurdo está ocorrendo, e muitas pessoas estão sendo ameaçadas.

Sargento Rodrigues, você disse a coisa certa: devem procurar a polícia, mas as pessoas não a procuram porque, na maioria das vezes, o flanelinha não fica detido, apenas chama-se sua atenção ou é feita uma ocorrência. Então ele volta para a rua e marca a pessoa, seu carro, e pode fazer ameaças, seguindo-a até sua casa, e a coisa pode ficar pior.

As pessoas estão sendo extorquidas, impossibilitadas e incapacitadas de reagir, e nós, homens públicos, não podemos deixar isso ocorrer. Temos de dar segurança e proteção, pois é nosso dever; ainda mais nos estacionamentos cobrados, que deveriam ser fiscalizados. Se a pessoa estacionar seu carro e não colocar o papel da BHTRANS, ela será multada e o carro pode até ser recolhido. Mas a pessoa paga e ainda sofre ameaça, se não pagar ao flanelinha, que pode riscar seu carro, estragá-lo, esvaziar o pneu ou até agredir essa pessoa. Ficamos com medo de ser agredidos fisicamente, porque não sabemos o que se passa na cabeça do rapaz que chega ameaçando.

Sei de casos em que pessoas não deram o que foi pedido, quiseram dar menos, e o rapaz riu e disse: "O que é isso? Anda logo, solta logo a grana, senão é pior para você". Eles ameaçam mesmo. Isso tem de ser muito discutido, e cobraremos uma atitude da administração municipal.

Ao chegar aqui, vi, com muita alegria - foi publicada nesses dias -, uma reportagem sobre esse assunto, feita pela revista "Encontro", da qual tomaremos conhecimento com mais profundidade. Trata-se de um tema que nos preocupa muito, porque está agredindo a nossa sociedade, e não podemos deixar isso ocorrer. Obrigada, Sr. Presidente.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos os que nos acompanham na Casa do povo mineiro e que nos assistem pela TV Assembleia, inicialmente quero relatar que tive a alegria, nesta semana, de testemunhar e participar de um evento marcante, uma decisão histórica dos avicultores de Minas Gerais, na abertura da 28ª Festa do Frango e da 8ª Festa do Suíno, na cidade de Pará de Minas. A Associação dos Avicultores de Minas Gerais - Avimig -, numa iniciativa histórica, em parceria com a Secretaria de Agricultura, criou um fundo privado de proteção sanitária. Isso tem um significado importante não só para a economia desse importante setor - que emprega milhares de pessoas e é importante na balança comercial de Minas, um dos maiores Estados produtores de carne de frango para o mercado interno e para a exportação -, mas também para o consumidor, o cidadão que consome a carne de frango e, obviamente, quer ter a segurança de que esse alimento é de boa qualidade.

De fato podemos-nos orgulhar de que a tecnologia do produtor rural, no processamento dos alimentos em Minas e no Brasil, tem evoluído. Não é por acaso que o País hoje se sustenta basicamente na âncora verde. O que se produz no campo, o trabalho do produtor, do trabalhador rural, garante o abastecimento do mercado interno e o alimento na mesa de todos os brasileiros, e desejamos que isso ocorra de maneira farta para todos. Para isso, precisamos ainda de várias mudanças sociais no País, mais emprego e mais justa distribuição de renda. Além de cumprir essa missão, a agricultura responde por 40 bilhões da exportação brasileira, o que representa mais do dobro do superávit da balança comercial brasileira. Se não tivéssemos a agricultura trabalhando e exportando, o Brasil hoje seria deficitário e estaria importando mais do que exporta. Isso tudo complicaria a vida dos brasileiros e a nossa economia.

Digo isso porque, muitas vezes, quem vive nas cidades não conhece a luta do homem do campo e a importância da atividade agropecuária para a vida de todos, não só para quem está no campo levantando-se cedo para tirar leite, para cuidar de um rebanho e de uma granja. É também importante para quem está na cidade cuidando de serviços burocráticos, trabalhando na área pública. A agricultura é uma das bases do desenvolvimento de um país.

Não é por acaso que o Brasil é tido como um dos países que mais deverá crescer nos próximos anos, nas próximas décadas. Há a expectativa de que aumentará em 150% o seu PIB. Queira Deus que façamos isso junto com medidas de melhora na vida de todos e de maior justiça social. Como disse, dentro de duas décadas o PIB será 150% maior do que é hoje, próximo de R\$1.000.000.000.000,00. Podemos chegar à casa dos R\$2.500.000.000.000,00 daqui a alguns anos. Isso significa que a riqueza do País aumentará. Todavia, o que não podemos permitir é que aumente para alguns poucos. Para isso, será preciso muita mudança. Ainda somos um país onde os bancos são os que mais lucram, com juros altos. Quem produz no campo pegará dinheiro emprestado e boa parte do que obterá de lucro levará para o banco, que ganha bilhões e bilhões. Os bancos jamais ganharam tanto dinheiro em toda a história do País; aliás, agora, estão ganhando mais.

É preciso haver mudanças nas políticas públicas. Há outros setores que ganham demais e a grande maioria da população ganha de menos. Então, a agricultura pode ajudar-nos a mudar isso, pois emprega muitas pessoas e gera muita riqueza. Portanto, precisamos ficar atentos.

Falava sobre um fundo que foi criado pelos avicultores. Olhem para os senhores verem onde estamos. Deputado Eros Biondini, grande parlamentar e que, para minha alegria, é meu colega de profissão, pois, como médicos veterinários, conhecemos bem esse assunto de produção animal - aliás, como dedicamos tempo integral à nossa atividade pública, estamos um pouco desatualizados, pois isso é muito dinâmico -, sabemos da importância da saúde animal para que o alimento seja bom.

Esse fundo da avicultura significa algo. Por exemplo, estão-se produzindo milhares de aves, de frangos no galpão. Se ocorrer uma doença, é preciso, em alguns casos, exterminar, ou seja, abater todo o plantel, que não pode ser consumido. É necessário incinerá-lo para evitar que a doença se espalhe. Vamos citar como exemplo a gripe aviária, doença sobre a qual toda a imprensa falou e que continua afetando plantéis na Ásia, na China e em alguns países do mundo e que, se for transmitida, mata o ser humano. No Brasil, não temos gripe aviária. Todavia, é preciso ter constantemente um sistema de vigilância atento, para que, caso a doença surja, possamos erradicá-la rapidamente. Daí a importância desse fundo que os próprios avicultores criaram. Aliás, retiraram alguns centavos de cada frango exportado, ou seja, de cada ave exportada, e um pouco será guardado no fundo. Caso ocorra o diagnóstico de que há uma doença no plantel, o próprio produtor deverá ir até lá para denunciar. Quer dizer, levar a informação para as autoridades sanitárias de que surgiu uma ave doente no seu plantel e que é preciso fazer o exame para verificar se é uma doença grave. Se for, deverá abater todo o plantel, mas não terá prejuízo, pois o fundo pagará. Isso garante que o produtor não terá medo, mas sim, interesse de levar a ave para ser examinada a fim de evitar que a doença se espalhe, mesmo sabendo que terá de matar sem proveito algum, incinerando todo o plantel de milhares e milhares de aves, já que a doença é grave. Isso é importantíssimo para que o nosso consumidor, ou seja, o cidadão que come a carne de frango, de aves, tenha certeza de que continuará adquirindo um produto sadio, com segurança alimentar; e, além disso, para todo o mundo respeitar o Brasil dizendo: esses brasileiros são sérios, previnem-se e não ficarão escondendo uma doença, portanto, podemos comprar a carne do Brasil.

Com prazer, concedo aparte ao nobre Deputado Eros Biondini.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Deputado Domingos Sávio, agradeço-lhe o aparte. Senti-me impelido e até mesmo na obrigação de apartear-lo e parabenizá-lo, porque não só o tema abordado hoje nessa tribuna é de suma importância, mas também porque todo o trabalho que V. Exa. vem realizando em benefício e apoio à agricultura, à pecuária, aos pequenos produtores e às cooperativas é relevante e precisa ser destacado nesta Casa.

O Brasil possui aptidão, vocação, agricultura e terras, coisas que muitos outros países lamentam não ter, e também um potencial muito maior a ser explorado. V. Exa. tem sido referência para todos nós, parlamentares, pares de V. Exa., e particularmente para mim, que também sou seu colega na profissão de médico veterinário, profissão fundamental para o crescimento, o acompanhamento, a saúde, a produção animal e até mesmo a agroindústria. Quando entrei nesta Casa, o Conselho de Medicina Veterinária disse que reconheceria aquele que tem sido o legítimo representante não só dos médicos veterinários, mas também dos zootecnistas, o Deputado Domingos Sávio. Parabéns pelas suas palavras. Continue nessa luta, pois nós, seus colegas, continuaremos apoiando-o para que a nossa agricultura, pecuária, produção animal e todo o avanço tecnológico sejam explorados ao máximo e de maneira responsável, tornando-os, assim, reconhecidos externamente e fazendo com que o Brasil, sobretudo o Estado de Minas Gerais, cresça cada vez mais nesse campo que está à nossa frente. Parabéns.

O Deputado Domingos Sávio - Muito obrigado, Deputado Eros Biondini. V. Exa. foi generoso comigo, mas foi modesto, pois chegou aqui com um domínio muito grande dessa área e já possui um papel grande de contribuição, haja vista a aprovação que conseguimos aqui da Gedima, gratificação para os servidores do IMA. Conseguimos tirar os servidores do IMA, os veterinários, de uma condição salarial absurda, bem abaixo do mercado. Aproveito para dizer que estamos trabalhando com a Secretária Renata Vilhena para que a regularmente com rapidez, pois, infelizmente, estamos dependendo disso. A lei já está aprovada, temos isso garantido, aliás retroativamente a janeiro. Estamos trabalhando, e dou testemunho de que o Deputado Eros Biondini tem sido parceiro para fazermos com que esse benefício chegue de fato ao servidor público. Obviamente, estaremos lutando para que isso também chegue a outras categorias, porque sabemos que a luta do servidor público merece todo o nosso respeito. Precisamos encontrar formas de maneira responsável, séria, sem fazer promessas quanto ao que não é possível, a fim de proporcionar um tratamento adequado e justo para todos os servidores da agropecuária, meus colegas de profissão, mas, em especial, os da educação e da saúde, para termos um serviço de qualidade para todos os mineiros. Esse é o propósito do governo Aécio Neves, e temos esperança de chegar até lá. Temos muito caminho pela frente e temos de lutar muito.

Retomo a questão da saúde animal e encerro falando sobre a Associação dos Avicultores de Minas Gerais - Avimig -, que liderou o processo. Além desse fundo dos agricultores, temos outros desafios. Na área do gado de corte, por exemplo, Deputado Eros Biondini, temos um desafio seriíssimo, a chamada zona-tampão, área em que duzentos e poucos Municípios de Minas Gerais - o Deputado Doutor Viana sabe disso, pois também percorre toda a região de Minas - estão proibidos de exportar para o Mercado Comum Europeu sob a alegação de que são áreas que não estão livres da aftosa. Sabem quando houve aftosa lá? O Deputado Eros Biondini sabe, pois é profissional da área, como eu. Em 1994, ou seja, há mais de 14 anos. Nunca mais houve. Portanto, é uma região mais segura do que outras do País que estão exportando. Infelizmente, esses produtores estão sendo penalizados, pois quando vão vender o boi de corte, que já está pronto para o abate, às vezes são penalizados em 10%, porque o frigorífico que compra para exportação alega que o animal não serve, pois a região está impedida de exportar. Isso é um absurdo.

Ontem, nesse evento em Pará de Minas, conversei com o Secretário Gilman Viana, que sabe que essa é uma luta nossa, e não descansaremos enquanto não conseguirmos liberar todos os Municípios de Minas para exportação. Ele disse que a Secretaria está numa fase adiantada nesse trabalho. Se Deus quiser, ainda neste ano conseguiremos superar essa barreira que prejudica os produtores da região do Centro-Oeste mineiro, toda a margem do São Francisco!

Considerando a nascente do São Francisco, de quem o olha da nascente em direção à sua foz, toda a margem está do lado direito; se considerarmos o contrário, do lado esquerdo. Ou seja, a região do Centro-Oeste, de Divinópolis, de Formiga até Abaeté, está toda prejudicada. E estamos lutando para modificar isso.

Há outro aspecto que também gostaria de abordar neste último minuto: os produtores rurais. Há um projeto, de nossa autoria, procurando

rever a questão do ICMS do leite, que está vivendo um momento difícil novamente. As empresas estão baixando o preço do leite ao produtor em plena entressafra. No momento em que o produtor está gastando muito para conseguir produzir o leite, curiosamente as empresas começam a baixar o preço, e alegam que parte disso é causado por impostos. Estarei tratando disso, na próxima semana, na Secretaria de Estado de Fazenda - já há uma reunião marcada. Um projeto de minha autoria está tramitando, a fim de melhorar a situação para o produtor e para as indústrias de laticínios.

Sei que há algo errado mesmo. Há uma pauta que está cobrando o ICMS para o leite que é vendido para fora do Estado, como se o preço do leite fosse, no mínimo, R\$0,93, ou seja, R\$0,75 para o produtor e mais alguns centavos para resfriar e industrializar esse leite, a fim de ser vendido. Na verdade essa pauta está alta, e o Estado acaba cobrando um imposto acima do que deveria ser cobrado. Isso tem de ser revisto. É preciso também alertar sobre os acordos de preços de grandes empresas, para sufocar o produtor, para baixar o preço sem que haja motivo para isso.

Portanto, Sr. Presidente, finalizo dizendo que temos uma luta grande em defesa do produtor rural. E essa luta não deve ser isolada, de um ou de outro Deputado, mas sim deve ser de todos os Deputados. Não importa se esse produtor vive na cidade ou no campo. Todo o mundo precisa do alimento no dia-a-dia, seja o cidadão que vive na cidade, seja aquele que vive no campo. Então tratar quem trabalha na atividade agrícola com respeito, tratar essas questões com o devido cuidado, é obrigação de todos nós. Por isso mantenho esse compromisso com o setor agropecuário desde o dia que cheguei a esta Casa; e isso não significa ser um Deputado só dessa classe. Pelo contrário, vivo na cidade - sempre -, mas tenho a consciência de que isso hoje é um assunto de interesse do País, e temos de tratar essa questão com a devida responsabilidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 8/9/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Júlio

nomeando Aline Aparecida Fonseca para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Gabinete do Deputado Carlin Moura

exonerando Raul Antonio Alvarenga Batista do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Daniela Fabrícia Gonçalves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Djalma Diniz

nomeando Norberto Emídio de Oliveira Filho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Doutor Viana

nomeando Frederico Pedrosa Salvador para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;

nomeando Guilherme Eduardo Carvalho Matoso para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando Mariana Cardoso de Almeida para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Tadeu Leite

exonerando Éder de Oliveira Martins Júnior do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando Maria Vilêda Nunes Martins do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Adalgisa Celly Alves Mainart Moreira César para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rêmoló Aloise

nomeando Fernanda Jacob Soares de Helman para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso

nomeando Geraldo Evangelista Cordeiro para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

nomeando Geraldo Jeronimo da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Jailda Ladeira da Silva Junia Marinho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Juliane Cristine Romualda Silva para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Leda Lott Prado para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

nomeando Solange Aparecida de Moraes para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Antônio Elias Lopes Tavares para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Danielle Karina Silva Avelar para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso, Vice-Líder do BPS.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos do art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.396, de 28/5/07, resolve designar o servidor José Henrique Ribeiro Campos, matr. 5.560-3, para substituir o Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Eduardo de Mattos Fiúza, matr. 5.823-8, durante seu impedimento legal, no período de 8 a 30 de setembro do corrente ano.